

# Senado aprova 'trem' para assessoria de 95 gabinetes

■ Gasto será de R\$ 600 mil e senador poderá nomear parente

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA — Os senadores aprovaram ontem, em votação simbólica, um *trem da alegria* no Senado, com a criação de pelo menos dois novos cargos para cada um dos 95 gabinetes existentes na Casa. As novas contratações não representam um aumento de cerca R\$ 600 mil por mês nos gastos do Senado.

Pelo projeto de resolução, os 81 gabinetes de senador, os seis gabinetes dos integrantes da Mesa, os sete de lideranças e o da presidência terão direito a contratar dois assessores em cargo de confiança — sem necessidade de concurso — com salário de R\$ 4,8 mil cada. Nada impede que parentes dos senadores sejam contratados para essas vagas.

O projeto permite que os senadores façam de 190 a 475 novas contratações. É que uma das duas vagas poderá ser desmembrada

em até quatro, desde que a soma dos salários não ultrapasse o valor R\$ 4,8 mil. A criação de novos cargos na estrutura do Senado contou com o apoio das lideranças de todos os partidos, inclusive os de oposição. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi contra o projeto.

“Sou contra a criação de cargos, mas respeito a opinião dos meus colegas”, disse ACM que, por alguns momentos, deixou a presidência da Mesa para discursar contra o projeto. Os senadores Beni Veras (PSDB-CE), Gilberto Miranda (PFL-AM), José Eduardo Vieira (PTB-PR), Jefferson Perez (PSDB-AM), Josaphat Marinho (PFL-BA), Osmar Dias (PSDB-PR) e Sérgio Machado (PSDB-CE) votaram contra o projeto.

Além de criar novos cargos, o

projeto prevê a extinção de 232 cargos efetivos e 491 funções comissionadas atualmente vagos. O relator do projeto, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), argumentou que, com a extinção desses cargos, haverá uma economia de R\$ 535 mil. Só que como os cargos estão vagos, na prática, não existe nenhuma redução de gastos. Também serão extintos, à medida que os servidores forem se aposentando, 447 cargos efetivos e 546 funções comissionadas. Ou seja, no futuro, haverá uma redução de gastos de R\$ 1,4 milhão.

Os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) tentaram aprovar emendas ao projeto proibindo a contratação de parentes para os cargos que estão sendo criados. A proposta foi derrotada por 31 votos contra, 29 a favor. Houve duas abstenções.